

**TUPINIKIM E GUARANI**

# Não aceitam negociar limites da sua área

*Ao povo só interessa o uso de seu território tradicional, já comprovado pelo GT/Funai*

Foi dado mais um passo para que os povos Tupinikim e Guarani possam unificar e ampliar o seu território tradicional, localizado no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo. A área indígena Tupinikim passou a ter uma superfície de 14.270 ha. (unificação das terras indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil) e a área Comboio para 3.800 ha. (Ampliação).

No prazo concedido pelo malfadado Decreto 1775, a empresa Aracruz Celulose S.A. contestou as propostas do grupo técnico. Felizmente essas contestações, como não poderiam deixar de ser, foram consideradas improcedentes pelo órgão indigenista federal e encaminhadas ao ministro da Justiça, no dia 14 de julho passado, para dê o seu parecer.

Tendo conhecimento da situação dos processos, um grupo de lideranças Tupinikim e Guarani composto por Jonas do Rosário (Aldeia Irajá), Alair Eliziar (Aldeia Comboio), José Luis Ramos (Aldeia Caieira Velha) e Ervaldo Santana (Aldeia Pau-Brasil) conseguiu marcar uma audiência com o atual ministro da justiça, no dia 15 de julho, através da iniciativa da banca federal do Espírito Santo. A delegação estava acompanhada por representantes do Capoib, Maurício Guarani, e do Cimi, Fábio Villas (equipe Aracruz) e Cláudio Luiz (secretariado nacional). Essa reunião tinha como objetivo discutir com o ministro a demarcação e pedir urgência.

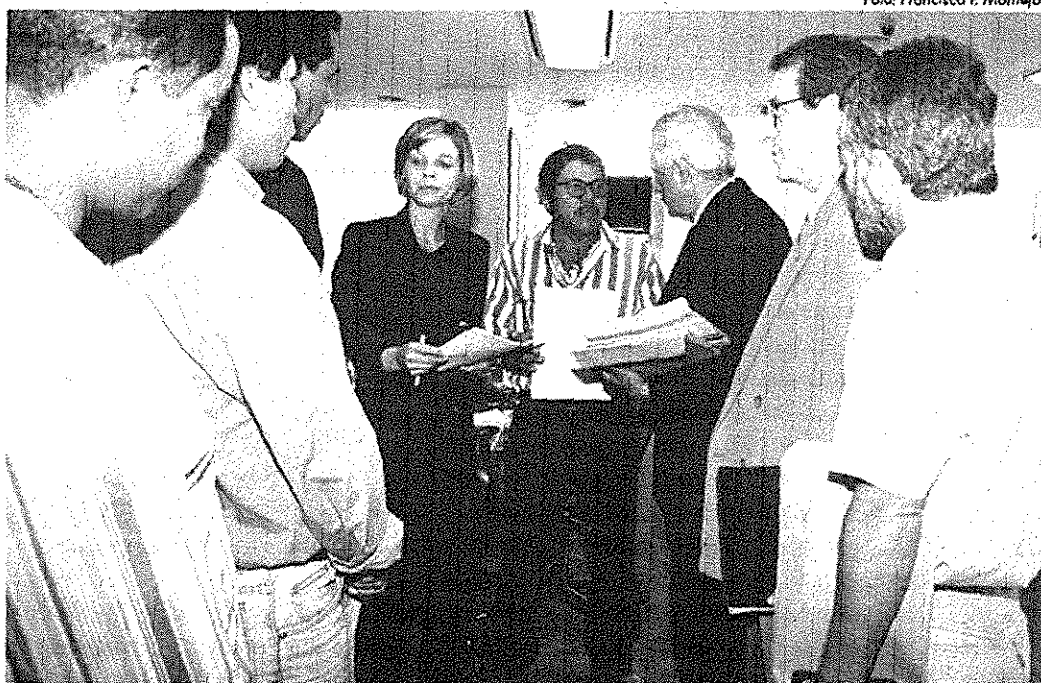


Foto: Francisca P. Montejo

**Delegação pediu agilidade ao ministro da Justiça**

A delegação foi recebida pelo ministro na porta do gabinete, todos em pé, em "audiência" rápida. Os representantes falaram e entregaram documentos (cópia de abaixo-assinado, cópia do apoio do governo do Espírito Santo à demarcação da área, fita de vídeo da campanha, etc.) ao Íris Resende. Este disse que estava por dentro do assunto e iria se debruçar sobre aquele material. A comitiva foi convidada a se retirar, pois o ministro já tinha outra audiência.

Os deputados Coser (PT), Rita Camata (PMDB) e Nilton Baiano (PPB), não satisfeitos com os rumos daquela audiência, marcaram reunião no outro dia para que a bancada juntamente com os índios e o Cimi pudessem colocar melhor a posição quanto à demarcação para o ministro. Ficou acertado que essa reunião seria com o secretário executivo do ministério, José de Jesus Filho.

A reunião foi realizada no dia 12 de agosto, às vésperas do término do prazo

para o ministro da justiça dar o seu parecer. Participaram da reunião os deputados, a equipe Aracruz, o Cimi - secretariado nacional (Rosane Lacerda), o Capoib, o cacique Jonas do Rosário e o secretário executivo do ministério.

Na ocasião, o secretário executivo apresentou a possibilidade do ministro despachar o processo solicitando diligência à Funai para que encontre provas da necessidade de ampliação. Só após esse procedimento haverá, então, uma posição do ministério - a ser tomada após ouvir a comunidade indígena.

Os representantes dos índios se posicionaram em não negociar a terra com a empresa. Ao povo só interessa o uso de seu

território tradicional, já comprovado pelo GT/Funai, e não aceita propostas de negociar limites (redução, permuta ou arrendamento), por ferir a norma constitucional. Os indígenas denunciaram a contratação por parte da Aracruz Celulose S.A de uma empresa internacional para fazer lobby e pressão sobre as autoridades a seu favor.

O secretário afirmou que o Ministério da Justiça não cederia às pressões e lobbies, decidiria dentro da legalidade, no prazo determinado pelo decreto.

## Aracruz contrata multinacional com prática de espionagem

A multinacional Aracruz Celulose S.A. contratou uma empresa de relações públicas, a Burston-Marsteller, considerada a maior do mundo, para um intenso trabalho de preservação da imagem da multinacional junto à opinião pública na Noruega, sede da matriz. A informação foi dada à Norwatch, organização não governamental ambientalista, que apóia a luta indígena na Noruega. Para o Cimi, a iniciativa da Aracruz é uma reação à campanha internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani, no Estado do Espírito Santo.

Segundo levantamentos, a Burston-Marsteller extrapola o trabalho de divulgação de informações que beneficiem seus assessores inserindo-se, curiosamente, num esquema com fortes características de espionagem. Cabe à Burston a disseminação de propaganda favorável aos seus assessorados. Mas, entre suas atribuições menos nobres estão a pressão a parlamentares nacionais e estrangeiros e a funcionários governamentais no sentido de conseguir leis favoráveis ao comércio, meio ambiente e outros assuntos, a infiltração em reuniões de ambientalistas, onde pode se apresentar através de ativistas da causa ou donas de casa, o monitoramento de

jornalistas ambientais com fim de manipulação e até mesmo fazer com seus membros se apresentem como jornalistas para obter resultados de pesquisas que possam prejudicar a indústria que assessoram.

Todas estas informações estão contidas no livro "Pulping the South", editado no ano passado, na Inglaterra. A publicação traz outras informações que revelam a participação desta empresa de relações públicas em esquema de cooptação de funcionários públicos ligados ao setor de interesse até a fundação de falsas ONGs ambientalistas com objetivo de construir uma agenda a favor da indústria assessorada.

A campanha dos Tupinikim e Guarani no ano passado denunciou a invasão da Aracruz Celulose desde a década de 60 em cerca de 40 mil hectares de terra indígena - 30 mil comprados do governo do estado -, utilizada para o plantio de eucaliptos. Segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a multinacional possui 203 mil ha de terra no Espírito Santo. Os Tupinikim e os Guarani, somam uma população de 1.400 índios distribuídos numa área de 4.419 hectares descontinua e conquistada com luta em 1983.